



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA – DAEC
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSOS – TCC**

ELIANDRA DE OLIVEIRA RODRIGUES

**DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: Estudo das Práticas Ambientais
vivenciadas pela Atividade Calçadista do Fabricão, de Campina Grande – PB**

**CAMPINA GRANDE – PB
2019**

ELIANDRA DE OLIVEIRA RODRIGUES

DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: Estudo das Práticas Ambientais vivenciadas pela Atividade Calçadista do Fabricão, de Campina Grande – PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Administração e Economia – DAEC, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração.

Área de concentração: Desenvolvimento Local Sustentável

Orientadora: Profa. MSc. Maria Dilma Guedes

Coorientadora: Profa. Dra. Yêda Silveira Martins Lacerda

**CAMPINA GRANDE – PB
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

R696d Rodrigues, Eliandra de Oliveira.
Desenvolvimento local sustentável [manuscrito] : estudo das práticas ambientais vivenciadas pela atividade calçadista do Fabricão, de Campina Grande – PB / Eliandra de Oliveira Rodrigues. - 2019.
31 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas , 2019.
"Orientação : Prof. Ma. Maria Dilma Guedes , Coordenação do Curso de Administração - CCEA."
"Coorientação: Profa. Dra. Yêda Silveira Martins Lacerda , Coordenação do Curso de Administração - CCSA."
1. Indústria calçadista. 2. Dimensão ambiental. 3. Desenvolvimento local sustentável. 4. Gestão ambiental. I.
Título

21. ed. CDD 338.9

ELIANDRA DE OLIVEIRA RODRIGUES

10,0 (dez)
M. Guedes

DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: Estudo das Práticas Ambientais vivenciadas pela Atividade Calçadista do Fabricão, de Campina Grande – PB

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Departamento de Administração e Economia – DAEC, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharela em Administração.

Área de concentração: Desenvolvimento Local Sustentável.

Aprovada em: 03 / 12 / 2019

BANCA EXAMINADORA

Maria Dilma Guedes

Profa. MSc. Maria Dilma Guedes (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Yêda Silveira Martins Lacerda

Profa. Dra. Yêda Silveira Martins Lacerda (Coorientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Viviane Barreto Motta Nogueira

Profa. Dra. Viviane Barreto Motta Nogueira (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	6
2.1	Desenvolvimento Sustentável.....	7
2.1.1	<i>Educação Ambiental</i>	8
2.1.2	<i>Políticas e Práticas Ambientais</i>	10
2.2	Desenvolvimento Local Sustentável	13
2.2.1	<i>Arranjos Produtivos Locais</i>	13
3	ASPECTOS METODOLÓGICOS	15
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	17
4.1	Caracterização do Objeto de Estudo	17
4.2	Perfil Socioeconômico dos Respondentes	18
4.3	Análise das Dimensões Ambientais	19
4.3.1	<i>Sistema de Gestão Ambiental</i>	20
4.3.2	<i>Uso Sustentável dos Recursos: materiais</i>	21
4.3.3	<i>Prevenção da Poluição</i>	22
4.3.4	<i>Educação e Conscientização Ambiental</i>	24
4.4	Resultados Isolados e Agrupados da Pesquisa	26
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
	REFERÊNCIAS	28

DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: Estudo das Práticas Ambientais Vivenciadas pela Atividade Calçadista do Fabricão, de Campina Grande – PB

SUSTAINABLE LOCAL DEVELOPMENT: Study of the Environmental Impacts caused by the Fabricão Footwear Activity, Campina Grande – PB

Eliandra de Oliveira Rodrigues *

RESUMO

O desenvolvimento local sustentável caracterizado como um processo endógeno de mudanças ocorridas nas microrregiões capazes de promover dinamismo econômico e qualidade de vida da população local tem agregado valor às atividades consideradas como preponderantes para pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Sobre estes aspectos, este trabalho objetivou diagnosticar as práticas ambientais vivenciadas no Arranjo Produtivo o Fabricão, na percepção dos colaboradores, em Campina Grande – PB. Na metodologia foram utilizadas pesquisas, classificadas como: exploratória, descritiva, estudo de caso, bibliográfica e de campo; bem como uma abordagem quantitativa. O instrumento foi um questionário, adaptado dos Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis, constituído por quatro dimensões: Sistema de Gestão Ambiental; Uso Sustentável de Recursos Materiais; Prevenção da Poluição e Educação e Conscientização Ambiental. Foram elaboradas 16 questões, sendo 4 para cada dimensão. A escala adotada foi a Likert, adaptada para três categorias: Concordância, Indiferença e Discordância. Em um universo de 50 funcionários foi utilizada uma amostra de 30, totalizando 60%. Os resultados apresentaram-se alarmantes quanto à ausência de práticas de gestão ambiental nas atividades cotidianas da organização, mostrando-se como uma limitação ao desenvolvimento local sustentável.

Palavras-chave: Indústria Calçadista. Dimensão Ambiental. Desenvolvimento Local Sustentável.

ABSTRACT

The observation of the local sustainable development marked as a endogenous process caused by changes in microregions and its capability of promoting a dynamic economy and quality of life for the local population, has increased the worth on the daily production activities for the people living in the small communities. Regarding these aspects, this work aimed to diagnose the environmental practices experienced in the Fabricão Arrangement, according to the employees, in Campina Grande - PB. The methodology used was exploratory, descriptive, case study, bibliographic and field research; as well as a quantitative approach. The instrument was a questionnaire, adapted from the Ethos Indicators for Sustainable and Responsible Business, consisting of four dimensions: Environmental Management System; Sustainable Use of Material Resources; Pollution Prevention and Environmental Education and Awareness. 16 questions were elaborated, 4 for each dimension. The scale adopted was Likert, adapted to three categories: Agreement, Indifference and Disagreement. In a universe of 50 employees, a sample of 30 was used, totaling 60%. The results were alarming regarding the absence of environmental management practices in the daily activities of the organization, proving to be a limitation to sustainable local development.

Keywords: Shoe industry. Environment Dimension. Local Development Sustainable.

* Graduanda em Administração pela Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: eliandraor@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

As mudanças ocorridas no mundo foram constantemente realizadas de forma a exploração do ser humano à natureza, por meio de suas práticas em busca de solucionar problemas pontuais para o alcance da satisfação de suas necessidades. Não obstante, as organizações passaram a se mover nessa perspectiva, em produzir cada vez mais condições de oferecer respostas às demandas desse público que surgia em meio às novas descobertas e revoluções formando um novo tipo de comportamento.

De acordo com Dias (2006), o surpreendente crescimento tecnológico ocorrido nos últimos tempos não pode ser comparado a nenhum outro feito na história. As novas descobertas realizadas em todas as áreas da ciência tem proporcionado uma excêntrica capacidade de produção e manipulação dos elementos naturais pelas organizações.

Neste contexto, houve um aumento ocasional dos problemas ambientais, devido ao comportamento irrefletido na forma de produção e consumo inviabilizando um desenvolvimento sustentável para garantir a extensão de suas possibilidades e um desenvolvimento coerente com as necessidades não apenas no presente, mas também no futuro. (BUARQUE, 2002).

Como explicitado no Relatório Brundtland “Nosso Futuro Comum” (1991), o desenvolvimento sustentável deve estar baseado em dois conceitos fundamentais: o conceito de necessidade, garantindo, sobretudo, que os mais pobres tenham suas necessidades vistas como prioridades; e o outro, sendo a noção de limitações, que são impostas pelos avanços tecnológicos e o uso inconsequente dos recursos naturais pela organização social, que impede o usufruto de tais recursos por parte das gerações presente e futura.

Novos modelos de produção, pautados nas exigências atuais de consumo influenciaram a dinâmica do desenvolvimento nas três dimensões: social, ambiental e econômica. Pressões ocorridas em qualquer uma dessas dimensões influenciarão diretamente a outra, devendo estas mover-se de forma integrada para o desenvolvimento, o que é um desafio latente na atual realidade que nos encontramos. (BUARQUE, 2002).

Desta forma, tem-se a sustentabilidade ambiental como uma das esferas que é parte da proposta do desenvolvimento sustentável, tratando do uso consciente dos recursos naturais e a minimização dos impactos negativos ao meio ambiente, levando em consideração no processo de tomada de decisão das práticas produtivas aspectos ambientais que se apliquem a todas as etapas do processo, desde a aquisição de matéria-prima até a entrega do produto final ao cliente. (BARROS, et al., 2010).

O desenvolvimento local que tem como objetivos proporcionar as micro e pequenas regiões um desenvolvimento dentro de suas realidades, melhorar a qualidade de vida de sua população, levar a economia a movimentar-se de forma dinâmica e promover mudanças nas realidades sociais, precisam, nesta mesma perspectiva, apresentar garantias de conservação dos recursos naturais, considerando serem estes a base das suas potencialidades e qualidade de vida de sua população local. (BUARQUE, 2002).

Dentro desta perspectiva, ressalta-se a importância dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) que são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, cuja formação vincula-se a contextos históricos regionais e locais. Os APLs apresentam-se como uma nova forma de prover dinamismo econômico,

principalmente em realidades onde se destacam os micro e pequenos empreendimentos, como força propulsora de economia local. Este aglomerado de empreendimentos surge diante da prevalência de aspectos vocacionais e culturais no desempenho de algum tipo de atividade econômica, capazes de promover mudanças sociais. (CASSIOLATO; LASTRES, 2004).

APL calçadista de Campina Grande-PB configura-se como uma extensão dessa realidade, composto em sua maioria por micro e pequenas empresas, marcado pela expressiva presença do trabalho artesanal, onde em seus primórdios quando da criação de seus curtumes, destacava-se pela produção e confecção de selas, arreios e artigos para montarias, sendo bastante utilizadas no meio rural. Atualmente, constitui-se de um elevado número de micro e pequenos empreendimentos espalhados por toda a cidade, concentrando-se principalmente nas regiões mais periféricas e cujo volume de produção é destacado em toda a região.

Dentro do espaço que compreende o APL supracitado, chama a atenção um caso específico envolvendo um projeto desenvolvido pôr iniciativa do poder público local, como uma política de incentivo aos pequenos empreendimentos, denominado “Projeto Fabricão” implantado no bairro do Santo Antônio. Presentemente este projeto compreende 12 empresas instaladas em uma unidade de produção coletiva que agrupa empresas formais e informais.

O projeto surgiu quando da percepção dos gestores públicos, mediante forças circunstanciais à concentração de muitas famílias, principalmente nos bairros da Zona Leste da cidade, que no interior de suas residências desenvolviam atividades produtivas calçadistas e que estas representavam um volume significativo de produção.

Neste contexto, questiona-se: Quais as práticas de gestão ambiental adotadas pelas empresas do APL Fabricão para o gerenciamento dos resíduos acarretados da sua produção, para a promoção de um desenvolvimento local sustentável, dentro das perspectivas ambientais?

Este trabalho traz em seu escopo, a pretensão de diagnosticar as práticas ambientais vivenciadas no Arranjo Produtivo o Fabricão, na percepção dos colaboradores, em Campina Grande – PB.

Diante do exposto é válido ressaltar a importância do Arranjo Produtivo Local Fabricão como um instrumento de desenvolvimento local sustentável sobre bases social, econômica e ambiental, esta última carece de uma atenção ainda maior, por elevar o nível de preocupação em relação aos impactos ambientais, considerando que mesmo pequenas estas empresas possuem elevada capacidade produtiva. Justificando-se, assim, a relevância do tema.

O presente trabalho está estruturado da seguinte forma: Resumo e Abstract, Introdução, Referencial Teórico, Aspectos Metodológicos, Apresentação dos Resultados, Considerações Finais e Referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As grandes transformações ocorridas no setor industrial, ocasionadas pela forte influência tecnológica e da informação incitaram uma nova forma de pensar sobre a dinâmica de comportamento da indústria, por vezes, centrada apenas na produção em larga escala. (BARROS, 2012). Neste contexto, a indústria é pressionada a mudar e agir sob uma nova perspectiva que atenda outros fatores

condicionantes às suas atividades, além do econômico, sendo considerados também o social e o ambiental.

2.1 Desenvolvimento Sustentável

O desenvolvimento sempre esteve associado ao crescimento econômico, por isso a dificuldade existente de se chegar a um consenso nas estratégias dispostas que visem o benefício comum, promovendo a equidade social e a conservação do meio ambiente.

Oliveira (2002, p. 38) defende que “o desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida.” Ele afirma ainda que embora haja uma tentativa de dissociar os conceitos de desenvolvimento e crescimento econômico, eles estão integrados, principalmente no cerne das discussões formuladas pelos economistas.

Desta forma,

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano. [...], (OLIVEIRA, 2002, p. 40).

Ao se observar o panorama traçado para a construção do conceito de desenvolvimento sustentável até a atual conjuntura de sua aplicação, percebe-se um contrassenso por parte dos países desenvolvidos, responsáveis pela mais intensa exploração dos meios naturais no favorecimento dos seus interesses econômicos, não garantindo a melhoria da qualidade de vida que propicie a todos o seu usufruto.

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu de um intenso e dinâmico processo de reavaliação crítica da relação existente entre a economia, a sociedade e o meio ambiente. As principais discussões que norteiam esse conceito surgiram a partir da década de 1960, quando a consciência ecológica começou a despertar em algumas vertentes teóricas da economia. (RODRIGUES, 2015, p. 77).

A problemática existente delineada pelo sistema capitalista tem imposto que empresas e governos encontrem formas conjuntas de enfrentarem os diversos desafios que demandam a aplicação do conceito de sustentabilidade ambiental no âmbito dos seus negócios. A sugestiva capitalista é de que as soluções encontradas estejam em conformidade com o real interesse do capital, de crescimento exponencial, integrando o crescimento econômico ao desenvolvimento socioambiental. (LEANDRO, 2015).

Os movimentos em torno das questões ambientais foram tomando proporções cada vez maiores, em épocas distintas, sempre levantando questões pontuais somadas as tratativas já existentes. A criação de órgãos como o da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD), liderada pela primeira Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland foi um dos marcos na definição do conceito de Desenvolvimento Sustentável.

O Relatório apresentado por ela, denominado Relatório Brundtland propunha estratégias ambientais visando o desenvolvimento sobre bases sustentáveis.

Das disposições contidas no Relatório conhecido também como “Nosso Futuro Comum” (1991), divulgado em 1987, decorrem propriamente a economia e ecologia. Procurando estabelecer a relação de forma harmoniosa do homem com a natureza.

No intuito de conceituar o Desenvolvimento Sustentável, o documento citado nos remete a compreensão de dois outros conceitos-chaves: primeiro, o conceito de “necessidade”, observando prioritariamente as questões relacionadas à sobrevivência dos mais pobres devendo estas tomar posição de destaque nas agendas de todos os países; segundo, sobre os limites impostos ao meio ambiente, advindos do avanço tecnológico e do crescimento das organizações sociais, inviabilizando o atendimento das necessidades presentes e por consequência futuras.

Destarte, “Desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades.” (NOSSO FUTURO COMUM, 1991, p. 46).

Um dos principais objetivos que orienta as políticas ambientais e desenvolvimentistas apresentado neste documento aponta para a necessidade de incluir o meio ambiente e a economia no processo de tomada de decisões, porque, embora pareça haver disparidade de ideias, suas práticas estão integradas nas realidades do mundo.

Atualmente, as discussões para o estabelecimento do desenvolvimento sustentável, primando o estabelecimento de programas, ações e diretrizes, não somente a nível global, como também local estão expostas na denominada “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.” Documento que contempla 17 objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas distribuídas entre os objetivos. Sua implantação visa à contemplação no espaço de tempo entre 2016-2030. (BRASIL, 2019).

A problemática acerca do termo sustentabilidade discorre sobre a forma de sua interpretação. Os interesses econômicos existentes dos países desenvolvidos têm servido de resistência no tratamento de questões tão incisas, principalmente no que tange as diferentes realidades locais dos países mais pobres, e isso tem se tornado um insistente desafio a ser superado. Considera-se que este desafio só será superado com maciço investimento em educação para formação de uma nova consciência ambiental.

2.1.1 Educação Ambiental

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), ao tratar de assuntos relacionados à Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), ressalta a relevância do crescimento populacional e a limitação dos recursos naturais, refletindo que os indivíduos e a sociedade precisam aprender a conviver juntos e de forma sustentável. Discorre ainda que a EDS é um instrumento de cooperação para realização de mudanças na forma como as pessoas refletem e atuam para o alcance de um futuro sustentável. (UNESCO, 2017).

Para que tal mudança no comportamento ocorra de forma efetiva uma nova visão de educação precisa ser desempenhada. É necessário o estabelecimento de bases que auxilie a todos na compreensão das complexidades dos problemas

existentes, em todas as esferas, para que sejam capazes de refletir e promover ações concretas de transformações a nível econômico-sócio-ambiental.

A Educação Ambiental (EA) tem se tornado um desafio para as organizações e esta não é uma preocupação atual. Se por um lado, precisa-se garantir a conservação ambiental, procurando alternativas na forma de produção para a minimização dos impactos negativos causados pela intensa exploração dos recursos naturais no provimento de matérias-primas; por outro, deve-se manter os níveis de produção de bens de consumo que venham a corresponder a demanda da sociedade. (SILVA; FARIAS, 2011).

Silva e Farias (2011, p.63) para definir o objetivo específico da Educação Ambiental expressam que,

A educação ambiental é um ramo da educação cujo objetivo é a disseminação do conhecimento sobre o ambiente, a fim de ajudar a sua preservação e utilização sustentável dos seus recursos. É uma metodologia de análise que surge a partir do crescente interesse do homem em assuntos como o ambiente devido às grandes catástrofes naturais que tem assolado o mundo nas últimas décadas.

Branco (2011) ao discorrer sobre a importância da educação para o desenvolvimento sustentável, nos remete a um marco histórico na evolução do conceito, fazendo menção à Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, realizada em Tbilisi (EUA) no ano de 1977.

Nesta conferência fez-se um resgate à carta elaborada no encontro promovido pela UNESCO em Belgrado, Iugoslávia, no ano de 1975. A Carta de Belgrado instituiu como meta básica da ação ambiental a melhoria das relações ecológicas, uma relação de respeito mútuo dos indivíduos entre si e em consequência com a natureza. Estabeleceu ainda, a necessidade de ampliação dos debates a cerca do tema para formação de uma sociedade global consciente e sensível no tratamento das causas ambientais.

Desta meta, surgiram os cinco objetivos essenciais ao seu cumprimento: conhecimento, habilidade, motivação, atitude e compromisso na busca de soluções para os problemas atuais e para a prevenção de novos problemas. (BARBIERI; DA SILVA, 2011). Neste contexto, faz-se necessário apresentar cada um desses objetivos, quais sejam:

- **Consciência:** auxiliar os indivíduos a adquirirem consciência ambiental global e a sensibilizarem-se por essas questões;
- **Conhecimento:** propiciar aos indivíduos uma compreensão básica do efeito de suas ações relacionadas ao meio ambiente.
- **Comportamento:** ajudar os indivíduos a comprometer-se com as causas ambientais, e motivá-los para que se sintam parte do processo de melhorias e mudanças.
- **Habilidades:** oferecer condições dos indivíduos adquirirem e desenvolverem suas habilidades para sua participação ativa.
- **Participação:** gerar nos indivíduos o senso de responsabilidade e urgência relacionadas aos problemas ambientais para que seja parte das resoluções.

Na realidade brasileira o que tem sido estabelecido sobre os aspectos referentes à Educação Ambiental tem por base a definição exposta na Lei. A Lei de Nº 9.795/99, mais conhecida como “Lei da Educação Ambiental”, foi incluída na Constituição Federal para reforçar a sua inteira aplicação em todos os âmbitos da

educação para promoção de uma nova consciência na relação do homem na preservação ao meio ambiente.

Com a finalidade de agregar valor ao conceito da EA, é inserida nos termos da lei a ideia de sustentabilidade, para que através do caráter Constitucional fosse possível enfatizar o propósito do compromisso e responsabilidade de todos, pelo usufruto dos recursos disponíveis na natureza, garantir o atendimento das necessidades não somente presentes, mas também das gerações futuras como aborda o conceito do Desenvolvimento Sustentável. (SILVA, 2016).

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999).

Fica estabelecida ainda a Política Nacional de Educação Ambiental, que vincula em seus incisos a importância da capacitação e formação dos agentes provedores da educação ambiental. É de responsabilidade dos entes da federação a capacitação dos recursos humanos provendo as condições necessárias de especialização e atualização dos educadores de todos os níveis e modalidades de ensino e não somente destes, mas de todos os demais profissionais atuantes em todas as áreas, com especial tratamento na preparação de profissionais para o exercício de atividades envolvendo a gestão ambiental, sendo estes essenciais para o cumprimento de projetos ambientais. (SILVA, 2016).

A Política Nacional de Educação Ambiental envolve em sua esfera de ação, além dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama, instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e organizações não-governamentais com atuação em educação ambiental. (BRASIL, 1999).

A educação ambiental tem se tornando um fundamental instrumento para geração de transformação social pelo seu caráter flexível em torno das discussões que transitam em diferentes âmbitos e contextos da sociedade referentes às questões ambientais. E a sustentabilidade, como composição deste processo, tem servindo de parâmetro nas orientações para instauração de uma nova consciência ambiental.

2.1.2 Políticas e Práticas Ambientais

As práticas ambientais da contemporaneidade tem se voltado para os processos de inovação adotados pelas empresas. Ser sustentável não aparece mais nas tratativas empresariais como uma opção, mas sim uma imposição dos órgãos responsáveis: governamentais, legais, sociais e mercadológicas. (CALAZANS; SILVA, 2010). Desta forma, Barbieri et al. (2010, p. 150), afirmam que “A sustentabilidade do negócio pode ser entendida de modo convencional, isto é, como capacidade de gerar recursos para remunerar os fatores de produção, repor os ativos usados e investir para continuar competindo.”

Na tentativa de incorporar valores da sustentabilidade aos seus negócios, as empresas têm buscado referências em outras instituições que já adotam em suas práticas a aplicação dos conceitos arraigados a sua cultura. Por entender que as

práticas ambientais e o comportamento sustentável esta afora de imposições legais, não obstante enraizadas na cultura social e mais especificamente empresarial (OLIVEIRA; CORREIA; GOMEZ, 2016).

Porter e Linde (1995) ao discorrerem sobre a sustentabilidade, evidenciam os benefícios que podem decorrer das escolhas de sua implantação nas práticas cotidianas das empresas. Benefícios como redução de custos, eficiência nos processos, maior visibilidade no mercado, evidenciando o valor de competitividade. Estes, dentre outros benefícios podem compensar os esforços custais de sua implantação.

Nas últimas décadas, mais precisamente do início da década de 1990, as organizações que estavam à frente do estabelecimento de programas de padronização e normalização, localizadas principalmente nos países industrializados, viram-se constrangidas quanto às exigências da sociedade, incluindo o mercado, para as tomadas de decisões referentes à sistematização de procedimentos que refletissem suas preocupações com a qualidade ambiental e com a conservação dos recursos naturais. (ROSA, 2016).

Rosa (2016) confere ainda que foi neste período, seguindo um conjunto de procedimentos sistematizados que se deu início a criação e desenvolvimento de Sistemas de Gestão Ambiental (SGAs). Cujas propostas serviam-se de orientar as empresas na adequação as normas exigidas, sua aceitação e o reconhecimento da necessidade de inseri-las tanto no seu planejamento quanto na operacionalização dos seus negócios.

Theodoro et al. (2004, p. 9), asseguram que a gestão ambiental é uma importante estratégia de mediação dos conflitos existentes entre a sociedade o meio ambiente e definem assim, que o gerenciamento ambiental

[...] é o conjunto de ações que envolvem as políticas públicas, o setor produtivo e a sociedade, visando o uso racional e sustentável dos recursos ambientais, ela engloba ações de caráter político, legal, administrativo, econômico, científico, tecnológico, de geração de informação e de articulação entre estes diferentes níveis de atuação.

A despeito de as organizações ainda enxergarem as imposições legais como principais fatores condicionantes a aceitação de uma postura de conduta ambiental, existe um considerável grupo constituído por grandes e médias organizações que apontam outros objetivos como principais influenciadores de caráter social, a redução de custos e o posicionamento da sua imagem perante a sociedade e o mercado, tais objetivos motivam a organização a desempenhar com mais afinco suas atitudes ambientais. (SILVA; LIMA, 2013).

Souza (2002, p.17) ao contribuir com este entendimento constata que:

As regulamentações aparecem ainda como um dos fatores centrais na condução das estratégias ambientais empresariais. Não só as estratégias das empresas mais passivas, reativas, ou conformistas, que em geral visam apenas a conformidade com as leis, mas também muitas estratégias aparentemente proativas parecem ser, na verdade, respostas às regulamentações, pois visam antecipar normas e padrões e/ou reduzir o risco de a empresa receber qualquer ação punitiva presente ou futura.

Em se tratando de Brasil, a extensão do aparato jurídico tem servido a estrutura institucional. “A implantação da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), instituída com a edição da Lei 6.938 de 31.08.1981, fez surgir no país uma

abordagem mais formal a respeito da temática ambiental.” (SILVA; LIMA, 2013, p.339).

Mendes (2015) destaca que a PNMA tem como objetivo a regulamentação de várias atividades envolvendo o meio ambiente, primando rigorosamente para que haja preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, garantindo condições favoráveis de desenvolvimento social e econômico para a população.

Tal Lei institucionalizou o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e o Licenciamento Ambiental.

Criado pela Lei 6.938/1981, regulamentada pelo Decreto 99274/1990, o Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) é a estrutura adotada para a gestão ambiental no Brasil, e é formado pelos órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios responsáveis pela proteção, melhoria e recuperação da qualidade ambiental no Brasil. [...] (BRASIL, 1990).

O Manual de Licenciamento Ambiental descreve o Licenciamento Ambiental como base estrutural do tratamento das questões ambientais pelas organizações. São através dessas licenças que as empresas passam a conhecer quais as suas obrigações relacionadas aos impactos de suas atividades ao meio ambiente. (FEITOSA; LIMA; FAGUNDES, 2004).

É o procedimento no qual o poder público, representado por órgãos ambientais, autoriza e acompanha a implantação e a operação de atividades, que utilizam recursos naturais ou que sejam consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras. É obrigação do empreendedor, prevista em lei, buscar o licenciamento ambiental junto ao órgão competente, desde as etapas iniciais de seu planejamento e instalação até a sua efetiva operação. (FEITOSA; LIMA; FAGUNDES, 2004, p.1).

Outro importante instrumento no estabelecimento de certificações ambientais no Brasil é a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), fundada em 1940 e representante nacional da ISO. “O sistema é composto por uma série de normas que visam sistematizar e padronizar ações e, quando implantadas pelas empresas, garante a elas o direito ao certificado que representa um diferencial mercadológico.” (ROSA, 2016, p.26).

No conjunto de normas estabelecidas pela ABNT, tomam-se como aporte a série ISO 14000. Esta se apresenta como um conjunto de normas de gerenciamento ambiental para as empresas sejam elas de qualquer nível, tamanho ou área de atuação. O objetivo da elaboração dessas normas é de criar um Sistema de Gestão Ambiental no contexto das organizações propiciando o monitoramento dos impactos causados ao meio ambiente, trazendo orientações no desempenho de suas funções para que estas atuem em conformidade com as políticas e leis ambientais. (ABNT, 2019).

As organizações que têm direcionado o foco de suas atividades para o desenvolvimento sustentável, empenhando-se por adotar e desempenhar práticas ambientais em conformidade com as Leis e buscado apoio de órgãos competentes para a sua realização, têm assumido lugar de destaque diante de um cenário de mercado tão saturado pelos problemas circunstanciais decorrentes dos modos de produção e consumo insustentáveis.

2.2 Desenvolvimento Local Sustentável

O desenvolvimento em nível global ocasionalmente esteve embasado na dinâmica econômica, onde o indicador central que estabelecia o caminho por onde se deveria trilhar, era o que apontava para os resultados econômicos. (SOERGER; OLIVEIRA; CARNIELLO, 2014). Tal comportamento pode ser justificado mediante o contexto histórico resultante do processo de industrialização, onde eclodia a atividade industrial e todas as oportunidades de crescimento econômico aparentes.

Esse processo de desenvolvimento instigado pelo capitalismo esbarra numa perspectiva de desenvolvimento mais abrangente, participativo, cooperativo, que contemple outros interesses, além do econômico (CALDAS, 2016). É grande o desafio de articular estratégias que visem o desenvolvimento dentro dos grandes centros urbanos industriais e que de forma análoga possa favorecer localidades mais periféricas.

Sob essa nova perspectiva, faz-se necessário, então, romper com velhos paradigmas que modelaram a indústria, partindo de uma visão ainda macro, porém limitante, para um contexto mais endógeno, que tem foco regional e local. Busca-se, desta forma, uma atuação mais flexível, descentralizada, abrindo espaço às novas propostas que emergem diante de um novo cenário globalizado. (TAVARES, 2011).

Este novo comportamento, aponta para um novo tipo de desenvolvimento, definido como local, que leva em consideração as potencialidades de cada região, capaz de corresponder as reais necessidades dentro de realidades microrregionais, um desenvolvimento que emerge de “baixo para cima”, de “dentro para fora”. (BELLINGIERI, 2017). Sob esta nova atuação, a responsabilidade de desenvolvimento não está mais focada apenas nos grandes centros, das grandes elites, mas é partilhado a cada região e localidade, atribuindo valor ao desenvolvimento socioeconômico.

Buarque (2008, p. 25) discute que “o desenvolvimento local pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos.” Ainda, sobre estes aspectos, o autor nos instiga a pensar no desenvolvimento local de forma agregada, desenvolvendo estratégias que visem à exploração das potencialidades locais, oportunizando avanços na área social e incitando uma maior competitividade econômica local que garanta um crescimento de forma sustentável. Além disso, possa garantir a conservação dos recursos naturais locais, visto serem estes a base de garantia da qualidade de vida da população local.

No caso brasileiro, o desenvolvimento local passou a ter maior ênfase na década de 1990. Fomentado pelo processo de redemocratização de 1980, onde ocorre uma descentralização das ações de planejamento da gestão pública. Sob essa nova diretriz, fica a cabo dos estados e municípios a responsabilidade conjunta de agirem conforme as suas especificidades, ou seja, de acordo com as potencialidades de suas localidades. Aumentando desta forma a atuação da sociedade como protagonista do desenvolvimento socioeconômico. (KRONEMBERGER; COSTA, 2016).

2.2.1 Arranjos Produtivos Locais

Os Arranjos produtivos locais (APLs) podem ser definidos, segundo Barros (2012, p. 54), como “aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e

sociais, com foco em um conjunto de atividades econômicas específicas e que apresentam vínculos, mesmo que incipientes.”

Barros (2012) contribui ainda, expondo que esses arranjos têm sua concepção mediante as trajetórias históricas marcadas pela construção de identidades culturais, convindo na criação de vínculos territoriais. Em decorrência da proximidade de características inerentes ao tipo de atividade, esses arranjos encontram situações propícias à ampliação de suas atividades.

[...] os arranjos produtivos são aglomerações de empresas *localizadas em um mesmo território*, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa. Sua dimensão territorial, se constitui assim, num recorte específico de análise e de ação política. (BARROS, 2012, p.56).

O surgimento da teoria do desenvolvimento econômico endógeno (regional ou local), definido por Buarque (1999) como aquele que é registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos, capaz de promover melhoria da qualidade de vida e dinamismo econômico, acabou por incluir as aglomerações de empresas no centro do debate contemporâneo.

Soerger; Oliveira e Carniello (2014, p. 282) afirmam que:

Os Arranjos Produtivos Locais são aglomerados de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam (ou tem condições de fomentar) vínculos expressivos de interação, cooperação e aprendizagem direcionada para o enraizamento da capacitação social e da capacidade inovativa, essencial para a competitividade empresarial.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE (2017) ao tratar dos Arranjos Produtivos Locais (APL) enfatiza a importância de considerar todos os atores (empreendedores, agentes e instituições) envolvidos na produção de atividades locais. Para o fortalecimento dessas atividades, relações de parcerias e apoio com atores de entidades públicas ou privadas não podem ser ignoradas, a participação afetiva destes devem contribuir com ações para o desenvolvimento local.

[...] pode-se definir APL como aglomerações de empresas do mesmo setor ou correlatas, localizadas em um mesmo espaço geográfico, com a presença de agentes econômicos, políticos e sociais, e que apresentam vínculos e interdependência, num ambiente de especialização produtiva. (SEBRAE, 2017, p.11).

Corroborando com o entendimento das definições sobre Arranjos Produtivos Locais, Cassiolato e Lastres (2003, p. 3), apresentam a relevância de tratar o conceito com enfoque em sistemas de inovação. Para estes “um sistema de inovação pode ser definido como um conjunto de instituições distintas que conjuntamente e individualmente contribuem para o desenvolvimento e difusão de tecnologias.”

Há existência de outros tipos de aglomerações que podem confundir a compreensão do que seria o APL, porém, de acordo com o SEBRAE em consonância com as definições de Cassiolato e Lastres (2006), apresentam características de distinção. Tais concepções defendem que no APL, independente

do grau de desenvolvimento em que se encontra, pode ser identificado na observância de tais características:

- **Dimensão territorial** – compreende o espaço onde processos produtivos, inovadores e cooperativos têm lugar, tais como: municípios, microrregiões, entre outros.
- **Diversidade de atividades e atores econômicos, políticos e sociais** – envolvem a participação e interação de todos, empresas e seus *stakeholders*, órgãos de classe, instituições privadas e públicas de ensino, pesquisa, consultoria, bem como instituições políticas e de promoção e financiamento e a comunidade organizada em geral.
- **Conhecimento tácito** – aqueles que não estão codificados, mas que estão implícitos e incorporados em indivíduos. O conhecimento tácito está pautado no conjunto de crenças, valores, saberes e habilidades do indivíduo ou organização.
- **Inovação e aprendizado interativos** – o aprendizado interativo é a base para a transmissão de conhecimentos e a ampliação da capacidade produtiva e inovadora das organizações;
- **Governança** – são os diferentes modos de coordenação entre os agentes e atividades, que envolvem da produção à distribuição de bens e serviços.

A estratégia de APL tem servido as organizações no tratamento de ensinamentos pautados na cooperação e trabalho conjunto, promovendo relações de parceria para o enfrentamento dos desafios contemporâneos que tem se apresentado como impedimentos ao desenvolvimento dos negócios. Este tipo de modalidade amplia o poder de competitividade dos empreendimentos locais de pequeno e médio porte.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Com o propósito de diagnosticar, mediante a percepção dos colaboradores do Fabricão de calçados de Campina Grande-PB, aspectos de práticas ambientais adotadas no empenho de suas atividades. Realizou-se pesquisa do tipo exploratória e descritiva. Segundo Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa exploratória é utilizada com a finalidade de realização do levantamento de informações pertinentes ao problema de pesquisa, contribuindo para a sua definição e delimitação do objetivo proposto. Utilizou-se, ainda, da pesquisa descritiva para delinear a população estudada, buscando compreendê-la melhor, porém sem fazer interferências. “Em sua forma mais simples, as pesquisas descritivas aproximam-se das exploratórias, quando proporcionam uma nova visão do problema.” (PRODANOV; FREITAS, p. 52, 2013).

O artigo elaborado foi do tipo de pesquisa Estudo de caso, que tem como característica de utilização por Yin (2001, p. 32), como sendo uma “investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.” Para Prodanov e Freitas (2013, p. 60), esse tipo de pesquisa é muito utilizado pelas aplicadas devido ao caráter prático de suas investigações. Para estes a finalidade desse tipo de pesquisa consiste em “coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, uma família, um grupo ou uma

comunidade, a fim de estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto da pesquisa”.

Fez-se uso ainda do tipo de pesquisa bibliográfica com o intuito de efetivar-se um levantamento mais aprofundado nas literaturas disponíveis, através de fontes seguras, contendo dados atuais e concisos, para construção de definições que auxiliem na compreensão do tema. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 158). Em um primeiro momento fez-se uso de pesquisa entre as referências bibliográficas disponíveis em livros e artigos científicos, bem como o levantamento de dados documentais disponibilizados no site da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP) e ainda anotações realizadas no espaço da própria instituição. Quanto à utilização dessas fontes, Gonsalves (2011, p. 32), assim nos faz compreender “a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre um assunto, atentando para fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias.”

Em um segundo momento, realizou-se a coleta dos dados primários a partir da aplicação de questionário elaborado mediante a adaptação dos Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis (ETHOS, 2019), dentro das dimensões relacionadas ao meio ambiente, das quais foram escolhidas quatro, a saber: Sistema de Gestão Ambiental; Uso Sustentável de Recursos Materiais; Prevenção da Poluição e Educação e Conscientização Ambiental. “Entende-se por fontes primárias, dados originais, produzidos pelas próprias pessoas que os coletaram. Esse tipo de fonte é caracterizada pela relação direta com os fatos a serem analisados.” (GONSALVES, 2011, p. 34).

Preferiu-se o uso da abordagem quantitativa que segundo Creswell (2010, p. 26), “é um meio para testar teorias objetivas, examinando a relação entre as variáveis. Tais variáveis, por sua vez, podem ser medidas tipicamente por instrumentos, para que os dados numéricos possam ser analisados por procedimentos estatísticos.” Desta forma, foram elaboradas 16 assertivas, sendo quatro para cada dimensão já mencionada. Adotou-se ainda o uso do modelo da Escala Likert, sendo adaptada para as seguintes alternativas de respostas: concordância, indiferença e discordância. Que segundo afirmações de Gil (2010, p. 143), esse tipo de escala é “de elaboração mais simples e de caráter ordinal, não medindo, portanto, o quanto uma atitude é mais ou menos favorável”. Sendo assim, é requerido dos respondentes do universo amostral para que se manifeste quanto ao grau de concordância, neutralidade ou discordância diante das assertivas enunciadas.

O questionário foi aplicado com um número total de 30 funcionários, representando 60% de um universo total de 50 funcionários. A pesquisa realizou-se entre os dias 25 a 30 de outubro de 2019. Optou-se pela realização deste tipo de levantamento, caracterizado como amostra de conveniência, do tipo não probabilístico, pelo fato dos respondentes terem sido escolhidos mediante conveniência e disponibilidade. (CRESWELL, 2010).

Os dados coletados foram submetidos a procedimento analítico e suas proposições formaram-se a partir da utilização do método indutivo. “Nesse método, partimos da observação de fatos ou fenômenos cujas causas desejamos conhecer. A seguir, procuramos compará-los com a finalidade de descobrir as relações existentes entre eles.” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 29). Gil (2008) ao definir o uso do método indutivo expõe que a generalização do problema analisado não deve

ocorrer de forma imediata, sem a devida observação de fatos particulares, para então criar-se uma relação entre estes, permitindo a apresentação de resultados.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Caracterização do Objeto de Estudo

A atividade coureira realizada na cidade de Campina Grande – PB foi concebida no início da década de 20. Data-se que foi no ano de 1923 com a criação de Curtumes na cidade, destinada inicialmente à produção e confecção de selas, arreios e artigos para montarias, sendo bastante utilizadas no meio rural. O desenvolvimento das atividades de produção de calçados, propriamente ditas, só começa a ocorrer de forma mais intensa no final da década de 60 até meados da década de 80, por meio do estímulo de políticas públicas de incentivo fiscais promovidas pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Este órgão foi criado com o intuito de favorecer aqueles ramos de atividade típicos da região; no caso do Estado da Paraíba, a indústria coureira-calçadista. (BARROS et al., 2010).

Desta forma, a atividade industrial calçadista tomou proporções significativas de participação socioeconômica para a cidade de Campina Grande (PB), potencializando o emprego de suas atividades e tornando-a um polo calçadista. “Entende-se por polo calçadista as regiões onde há grande concentração de empresas produtoras, em locais próximos.” (ABICALÇADOS, 2019). Para França, Leite e Prasad (2007) esta política de incentivo fez com que tal atividade tomasse lugar de destaque, dentre as indústrias locais instaladas, a exemplo da têxtil e metalúrgica, como a que mais gera emprego e tem forte poder à promoção de mudanças sociais.

Outras entidades institucionais de ensino, tecnologia e pesquisa, cujo envolvimento se dá de forma direta ou indiretamente, têm servido de apoio ao setor calçadista. Barros et al. (2010) destaca a Federação das Indústrias da Paraíba (FIEP) e o sistema SENAI que possui uma escola técnica com foco no desenvolvimento e capacitação especializada de mão-de-obra, denominada Centro de Tecnologia e Calçados Albano Franco (CTCC); o Sindicato da Indústria de Calçados da Paraíba, a Universidade Federal de Campina Grande com o oferecimento do curso de graduação em Engenharia de Produção que tem como foco dentro de suas áreas de atuação o couro e calçados; o SEBRAE e Banco do Nordeste.

O APL Coureiro-Calçadista do município de Campina Grande-PB, destacado neste estudo constitui-se em sua maioria por empresas familiares, em que os proprietários concentram os esforços no gerenciamento dos diversos setores (produção, administrativo e financeiro), centralizando todas as atividades (OLIVEIRA; CÂNDIDO, 2013). Em relação a estas empresas França e Leite (2013), destacam que a maioria é caracteriza como micro e pequenas empresas cujo foco de produção de calçados e artefatos de couro ou material sintético.

Atualmente existe um número de 84 micro e pequenas empresas formalmente constituídas na Cidade de Campina Grande - PB, segundo dados disponibilizados pela FIEP. Quanto à predominância de localização da instalação dessas micro e pequenas unidades fabris, encontram-se nos bairros periféricos da cidade, em sua maioria localizadas no José Pinheiro, Monte Castelo, Nova Brasília e Santo Antônio.

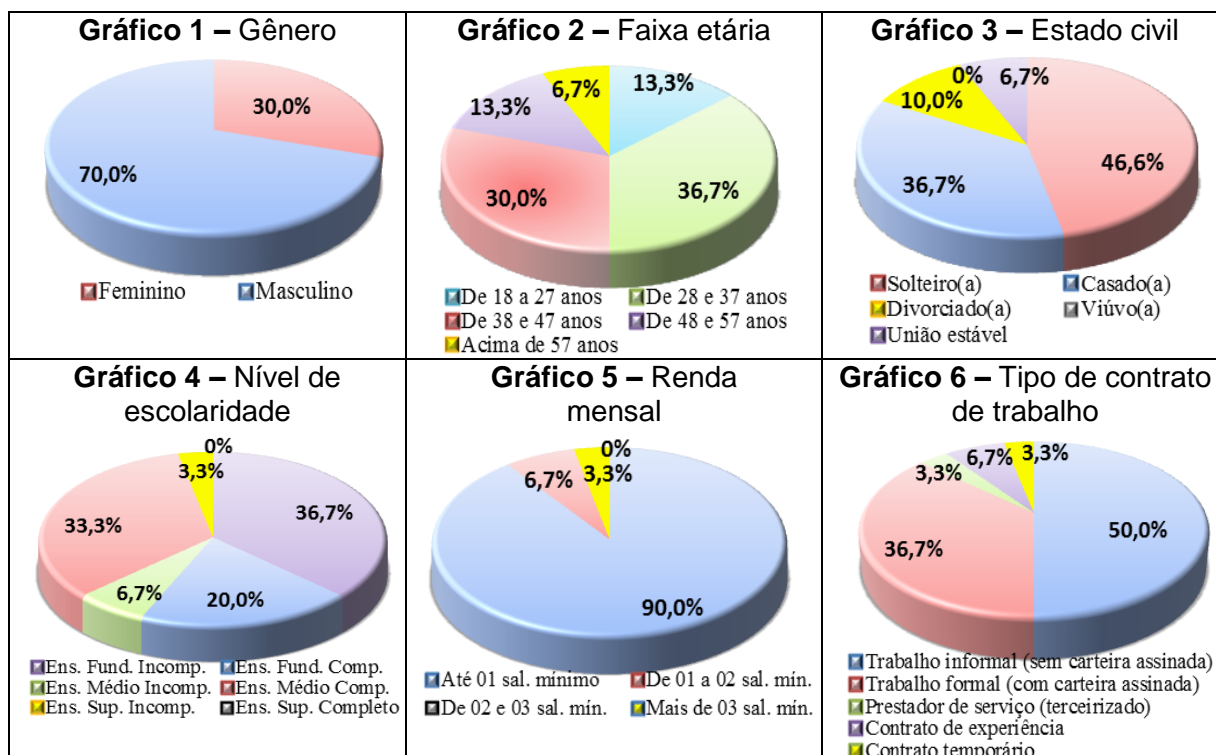
No entanto, é no bairro do Santo Antônio que se encontra um representativo grupo composto, atualmente, por 12 empresas instaladas em uma unidade de produção coletiva que agrupa empresas formais e informais, implantado pela Prefeitura Municipal de Campina Grande e administrada pela Agencia Municipal de Desenvolvimento (AMDE) chamada FABRICAÇÃO, que é o objeto deste estudo. Neste são fabricados artigos em couro, do calçado à bolsa e ainda ferramentas de corte aplicáveis ao setor.

O Fabricação foi criado com o intuito de promover condições de expansão produtiva dos pequenos produtores locais, ditos, produtores de fundo de quintal, e resgata-los da condição de informalidade, proporcionando ainda melhorias nas condições de trabalho. Desta forma, o projeto arranhou esses pequenos produtores, inicialmente num extenso galpão, de área comum a todos, mas que no desenvolver do projeto, devido à proporção dos seus resultados, foi se configurando em num aglomerado de pequenas fabriquetas, caracterizando um APL.

Dados coletados no local revelam que das 12 empresas instaladas, 01 é de pequeno porte (EPP), 03 são micro empresas (ME) e 07 são microempreendedores individuais (MEI); apenas 01 empresa permanece na informalidade. Juntos, esses produtores empregam aproximadamente 50 pessoas. Deste universo, 30 pessoas, ou seja, 60% responderam ao questionário, utilizado nas discussões que se segue.

4.2 Perfil Socioeconômico dos Respondentes

Para traçar o perfil socioeconômico dos colaboradores foram dirigidos a eles questionamentos referentes às variáveis: gênero, faixa etária, estado civil, nível de escolaridade, renda mensal alcançada na atividade calçadista e o tipo de contrato de trabalho, os resultados estão apresentados nos Gráficos 1 a 6.



Fonte: Pesquisa direta, 25-30/out./2019.

No Gráfico 1 apresenta-se uma marcante representatividade masculina, com um percentual de 70%, sendo o restante de 30% feminino.

Já no Gráfico 2 referente a faixa etária, percebe-se que a maioria dos respondentes, representando 36,7% encontram-se entre 28 a 37 anos, acompanhado por 30,0% entre os 38 a 47 anos, juntos configurando uma superioridade de 66,7% composta por pessoas do nível adulto e jovem. Ao que se segue, um percentual igual de 13,3% entre 18 a 25 e 13,3% entre 48 a 57. Tendo ainda um pequeno percentual representado por 6,7% dos que se encontram acima dos 57 anos.

Referente ao estado civil um percentual destacado de 46,6% respondeu estar solteiro (a), seguido por 36,7% de casados; apenas 10% dos respondentes disseram estar divorciado (a) e 6,7% disseram ser parte de uma união estável e nenhum dos participantes desta amostra, ou seja, 0% manteve-se como viúvo (a). Compreende-se desta forma que a maioria agrupada dos respondentes sendo 56,6% afirmou estar solteiros e divorciados, não estando inseridos no contexto de uma relação mais concreta. Sendo o restante de 43,4% de casados e em união estável. (ver Gráfico 3).

Quanto ao nível de escolaridade os resultados seguiram-se das seguintes formas (ver Gráfico 4): 36,7% disseram ter o Ensino Fundamental Incompleto, seguido de 33,3% que disseram ter concluído o Ensino Médio. 20% responderam ter concluído o ensino fundamental. Somente um pequeno percentual de 6,7% afirmam ter iniciado Ensino Médio Incompleto, seguido de 3,3% que não chegaram a concluir o Ensino Superior. E 0% dos respondentes disse ter Ensino Superior completo. Os dados revelaram que a maioria dos respondentes conseguiu apenas alcançar até o nível de escolaridade do Ensino fundamental completo 56,7%. Neste contexto, é possível perceber que a atividade exercida decorre de circunstâncias que conduziram os trabalhadores a não prosseguirem nos seus estudos e não elevaram o seu grau de escolaridade concernente à educação formal.

Indagados a respeito da Renda Mensal alcançada no exercício da atividade calçadista (ver Gráfico 5) a maioria absoluta de 90% dos entrevistados respondeu receber até 01 salário mínimo; 6,7% disseram receber de 01 à 02 salários, e apenas de 3,3% afirmaram receber mais de 03 salários mínimos.

Concernente ao Tipo de contrato de trabalho (ver Gráfico 6), 50% dos entrevistados disseram exercer trabalho informal (sem carteira assinada); 36,7% disseram ter carteira de trabalho assinada; 6,7% afirma ter contrato de experiência; 3,3% atuam como prestadores de serviço (terceirizado) e o restante de 3,3% disseram ter contrato de trabalho temporário.

4.3 Análise das Dimensões Ambientais

Com a finalidade de se fazer um levantamento das relações concernente ao Desenvolvimento Local Sustentável e seu aspecto ambiental dentro do Arranjo Produtivo Local denominado Fabricação, foram trabalhadas afirmativas distribuídas dentro de quatro dimensões adaptadas dos Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis, os resultados obtidos mediante aplicação das mesmas serão discutidos a seguir particularmente.

4.3.1 Sistema de Gestão Ambiental

Nesta dimensão buscou-se verificar até que ponto a empresa tem se mostrado preocupada em implantar e utilizar programas ou sistemas de gestão ambiental visando monitorar o impacto de suas operações.

Na A01, quando indagados se a empresa respeita as leis ambientais que regem o negócio 50% dos respondentes concordaram com a afirmativa, seguidos de 33% que demonstraram indiferentes com relação ao assunto, podendo-se assim entender que não tem conhecimento sobre tal assunto e 16% discordaram, afirmando que a empresa não respeita tais leis.

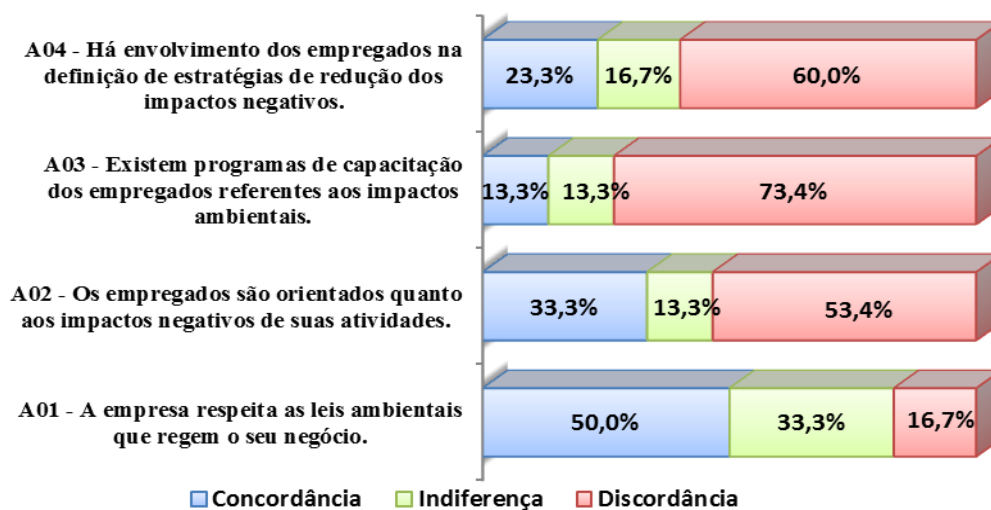
Já na assertiva A02 referente às orientações que recebem dos seus superiores sobre os impactos negativos que são ocasionados na realização de suas atividades, 53,4% dos respondentes posicionaram-se de forma a discordar, afirmando assim não serem orientados, indicando que realizam a atividade de forma aleatória não dando a devida importância para tal questão. 33,3% demonstraram concordar que são orientados. E apenas 13,3% demonstraram indiferença quanto ao assunto.

Como aspecto de influencia na questão anterior, na A03 quando indagados se na empresa são oferecidos programas de capacitação dos empregados para instrução referente aos impactos de suas atividades, uma maioria absoluta de 73,4% discordou, afirmando não haver nenhum programa, ao que se entende haver pouco ou nenhum interesse dos níveis superiores para que seus colaboradores sejam capacitados para desenvolverem suas atividades de forma consciente. E um total igual de 13,3% de concordância e 13,3% de indiferença. Demonstrando que uma parcela muito pequena ou inexistente sabe da existência de tais programas de capacitação.

É compreensível a dificuldade encontrada pelas empresas constituintes do APL em implantar um sistema de gestão ambiental, haja vista ser este é um problema comum a todas as empresas de porte micro e pequena, por não disporem de recursos financeiros exigidos para lidar com todos os processos que envolvem a implantação de um SGA.

No entanto, para Lepre; Silva, A. e Silva, S. (2017) é perfeitamente cabível para as micro e pequenas empresas realizarem uma boa gestão ambiental dentro das suas realidades financeiras. Sendo assim, a empresa pode definir novas regras e práticas de gestão ambiental de baixo custo, contando com a colaboração e apoio de seus funcionários.

Desta forma, na A04 sobre o envolvimento dos empregados na definição de estratégias de redução dos impactos negativos, 60% discordaram de tal afirmação, demonstrando que neste negócio não se pode considerar que as ideias e/ou opiniões dos empregados são parte relevantes na construção de estratégias; 23,3% disseram concordar, assumindo que fazem parte da elaboração das estratégias e 16,7% mostraram-se indiferentes. (ver Gráfico 7).

Gráfico 7 – Sistema de Gestão Ambiental

Fonte: Pesquisa direta, 25-30/out./2019.

4.3.2 Uso Sustentável dos Recursos: materiais

Nesta dimensão, buscou-se identificar prioritariamente quais as ações de promoção e desenvolvimento de programas à empresa tem empregado para que haja eficiência no uso de materiais, com vistas à redução dos impactos ambientais negativos ocasionados por esta atividade.

Na A05, quando discutidos sobre o entendimento de que a empresa desenvolve iniciativas pontuais para redução do uso de materiais, os colaboradores posicionaram-se, em sua maioria representando 63,3% de concordância. Neste quesito, não se pode precisar se tão elevado nível de concordância dar-se pelo entendimento da redução do uso de materiais estarem atrelada a questões financeiras, ou envolve a preocupação com o meio ambiente, haja vista, que as tratativas envolvendo o meio ambiente quase sempre esbarram com as de interesses econômicos. Seguindo 36,7% apresentaram discordância relacionada a tal iniciativa, o que nos leva a entender que tanto a aquisição quanto a utilização dos recursos materiais são realizados dentro das normalidades de conveniência do negócio; e 0% mostrou-se indiferentes.

Como uma tentativa de minimização dos impactos das atividades da indústria procedeu-se a criação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que por força da lei (Lei nº 12.305/10) objetiva organizar a forma como que o país lida com o lixo e ordenar dos setores públicos e privados transparência no gerenciamento de seus resíduos. Oliveira (2010) discorre que a PNRS é extensa e versa sobre muitas coisas, dentro de um plano que compreende 15 objetivos, ordena serem priorizadas as ações de controle a geração de resíduos.

Ainda, sobre os aspectos da Lei, o Instituto Brasileiro de Sustentabilidade, ao tratar das definições incorridas na PNRS, destaca a importância da realização de uma gestão integrada de resíduos sólidos, determinando ser esta um “conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável.” (INBS, 2019).

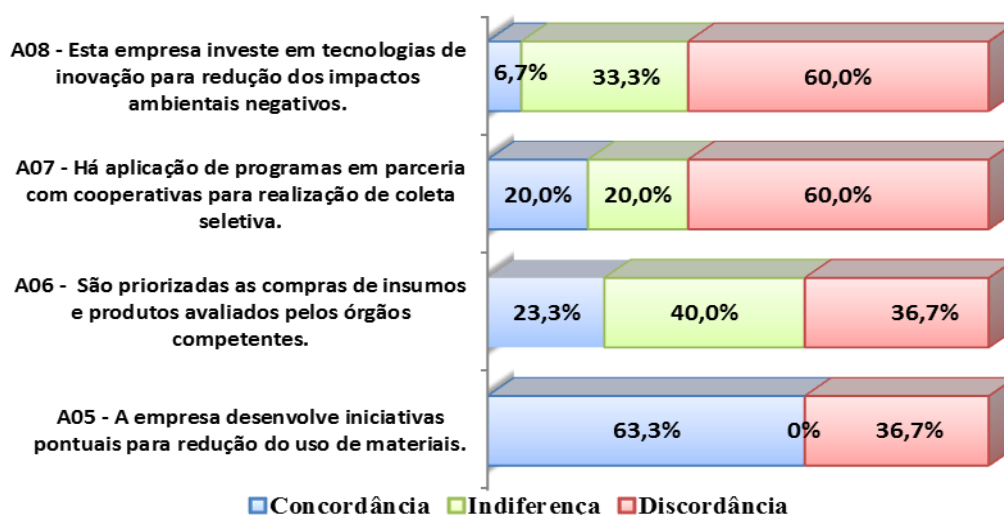
Já na A06 referentes às compras de insumos e produtos utilizados na produção e se estes são adquiridos conforme as especificações de órgão

competentes uma maioria de 40% demonstraram indiferença, o que pode apresentar-se como uma falta de conhecimento da existência de tal exigência, demonstrando mais uma vez a forma irrelevante como são tratados os aspetos de gerenciamento ambiental pela empresa; 36,7% discordaram, gerando uma negativa quanto à preocupação ambiental e 23,3% concordam que as compras são feitas dentro dos parâmetros exigidos e avaliados.

Na A07 sobre a existência de programas de parcerias com cooperativas para a realização de coleta seletiva, evitando assim que os resíduos sigam para locais impróprios ao seu descarte um destacado percentual de 60% discordam da existência de tal parceria, demonstrando ser esta uma questão não percebida como de suma importância e que pode agregar valor ao negócio, podendo ainda beneficiar outros atores locais. Houve ainda uma paridade nos resultados de 20% que demonstraram concordar e 20% que se posicionaram como indiferentes a esta possibilidade de trabalhar em parcerias com cooperativas.

Quando indagados na A08 sobre o conhecimento de investimento por parte da empresa em tecnologias de inovação para redução dos impactos ambientais negativos, uma maioria de 60% dos respondentes posicionaram-se em discordância, seguido por 33,3% que demonstraram indiferença. Ao ser analisada tal amostra, pode-se tirar algumas constatações como a que se refere à execução da atividade dar-se quase em sua inteireza de forma artesanal, caracterizando pouco uso de máquinas e outros instrumentos de uso tecnológico mais avançado e mesmo as que são utilizadas não possuem alto padrão tecnológico. E apenas 6,7% concordaram com a existência de investimento em novas tecnologias que otimizam a produção e minimizam o impacto causado ao meio ambiente ocasionados pela atividade.

Gráfico 8 – Uso Sustentável dos Recursos: materiais



Fonte: Pesquisa direta, 25-30/out./2019.

4.3.3 Prevenção da Poluição

Nesta dimensão buscou-se diagnosticar o que vem sendo feito pela empresa para melhorar seu desempenho no que tange à prevenção e/ou mitigação da poluição de enfoque ao descarte e reutilização dos resíduos decorridos de suas atividades.

Para Barbieri (2016) a prevenção da poluição é um contíguo de práticas ambientais que envolvem o uso sustentável dos recursos e o controle da poluição.

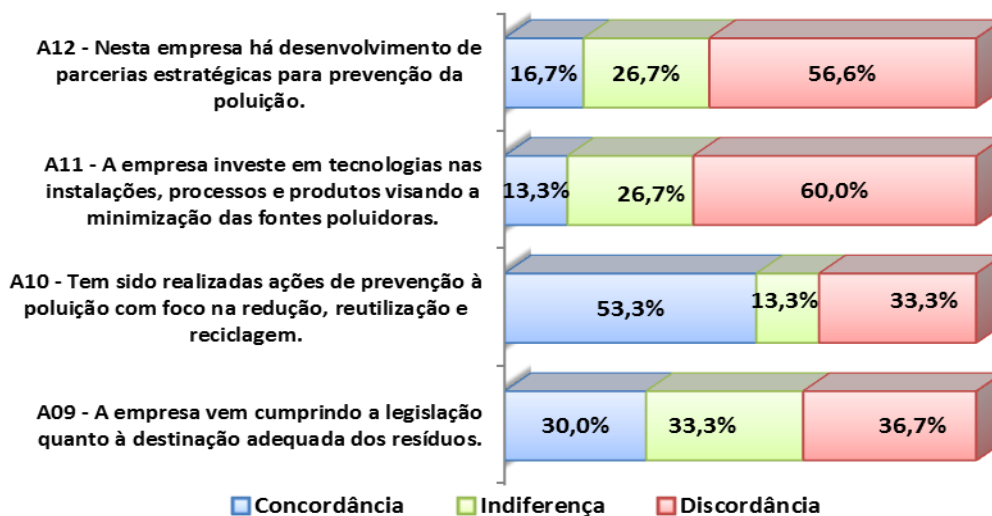
A prevenção da poluição aumenta a produtividade da empresa, pois a redução de poluentes na fonte significa recursos poupados, o que permite produzir mais bens e serviços com menos insumos. Os resultados esperados de um programa de prevenção da poluição são os mesmos de qualquer programa de redução de custo ou melhoria da produtividade. (Barbieri, 2016, p. 88).

Na A09, tratando-se do efetivo cumprimento da legislação quanto à destinação adequada dos resíduos, 36,7% discordaram de tal prática exercida pela empresa, seguido de 33,3% que se posicionaram de forma indiferente, demonstrado não estarem cientes da observância de aspectos legais e o seu cumprimento na prática produtiva da empresa e 30% concordaram que a empresa cumpre com a legislação e faz a destinação correta dos resíduos. Observa-se não haver uma disparidade acentuada no posicionamento dos respondentes que demonstre de forma enfática a obediência ou não da empresa quanto aos aspectos legais de destinação dos resíduos.

Na A10 ao serem indagados se tem sido realizadas ações de prevenção à poluição com foco na redução, reutilização e reciclagem, um expressivo número de 53,3% dos respondentes apresentaram concordância, seguido de 33% que disseram discordar da existência de tais ações e 13,3% demonstraram indiferença quanto ao assunto. Pode-se assim constatar que existe uma preocupação quanto a prevenção da poluição, porém as ações precisam ser mais bem desenvolvidas para que todos possam compreender a sua influencia e por meio de suas atitudes colaborarem apresentando resultados significativos.

Podendo agregar ainda mais valor ao resultado obtido na questão anterior referente à redução, reutilização e reciclagem, na A11 quando colocado que a empresa investe em tecnologias nas instalações, processo e produtos visando à minimização das fontes poluidoras, uma maioria de 60,0% apresentaram discordância, o que demonstra que embora haja esforços com ações que objetivam a minimização da poluição, não há um interesse comum de investimento em novas tecnologias para o aprimoramento dos feitos produtivos, dificultando o alcance dos resultados de diminuição das fontes poluidoras. Ainda assim, 26,7% demonstraram indiferença diante de tal questão e somente 13,3% concordam haver esse tipo de investimento.

Na A12 referente ao desenvolvimento de parcerias estratégicas para prevenção da poluição a maioria de 56,6% discordou da existência de tais parcerias, isso remete a dificuldade na execução de ações que visam o desenvolvimento de políticas de prevenção à poluição, pois buscar parcerias dentro do conjunto de agentes que envolvem o negócio como os fornecedores, clientes, gestores, pessoal de operações etc., pode ser essencial na execução da estratégia. Já 26,7% apresentou indiferença, ou seja, demonstrou não saber da existência de parcerias do tipo, seguido de 16,7% que concordaram existir parcerias estratégicas do tipo descritas, o que expressa certo esforço na tentativa de encontrar soluções para o problema.

Gráfico 9 – Prevenção da Poluição

Fonte: Pesquisa direta, 25-30/out./2019.

4.3.4 Educação Ambiental e Consciência Ambiental

Nesta quarta dimensão, buscou-se identificar a existência de campanhas, projetos e programas educativos promovidos pela empresa voltados para seus empregados, para a comunidade e para públicos mais amplos, de modo a disseminar a consciência ambiental.

Na A13 quando afirmado que a empresa desenvolve campanhas internas de conscientização e educação ambiental, uma maioria absoluta de 76,7% discordaram da existência de tal atitude empresarial, o que pode demonstrar que a empresa está fora dos quesitos que discorrem os negócios sustentáveis e responsáveis em se tratando das questões referentes à dimensão da sua preocupação com o impacto de sua atividade ao meio ambiente. Ainda 13,3% demonstram indiferença, seguido de 10% que concordam e defendem que a empresa promove campanhas relacionadas ao tema.

Em se tratando da inteira participação e responsabilidade de todos no negócio, na A14 os colaboradores foram questionados sobre a sua participação na criação de propostas que geram mudanças de inovação e redução. Ao que 60,0% respondeu com discordância, o que endossa que esta não tem sido uma prática de política conjunta entre empresa e seus colaboradores para promoção da educação ambiental e atribuições de conscientização no desempenho de suas atividades. Outros 26,7% concordaram, demonstrando fazer parte em algum momento da criação dessas propostas, seguido de apenas 13,3% que demonstraram indiferença ao assunto, esse percentual tão aquém do desejado, pode ser percebido como uma falta de incentivo por parte da empresa que desperte o interesse dos seus colaboradores por discutir tais questões e perceberem a execução de suas propostas com afinco.

Ainda dentro da proposta de ações conjuntas para obtenção de resultados mais consistentes e de longo prazo, na A15 os colaboradores responderam sobre os esforços empenhados pela empresa para a promoção da educação ambiental e se estes são desenvolvidos em parcerias com outras frentes institucionais locais como escolas, ONGs e a própria comunidade. Sobre este aspectos um representativo resultado dos respondentes de 63,3% discordaram, seguido de 30% que

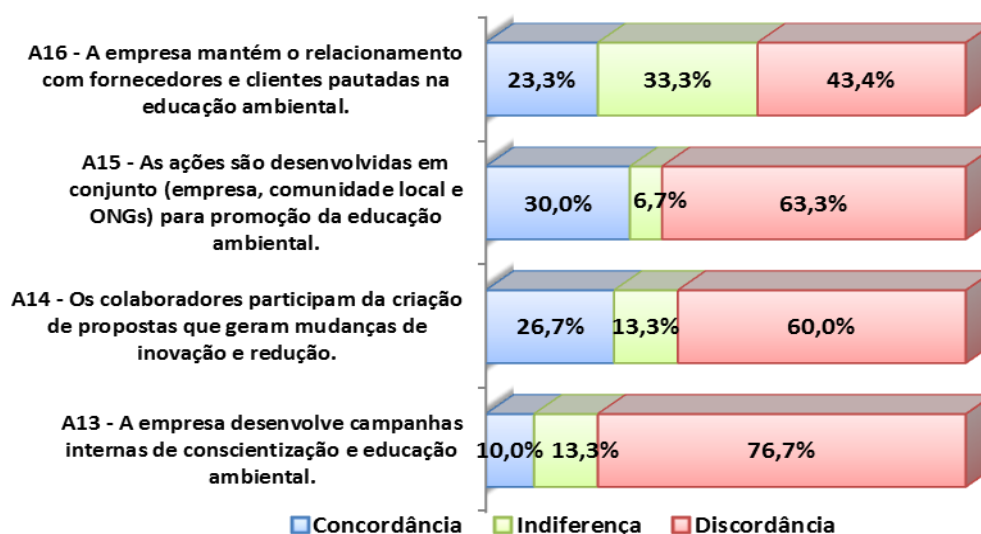
concordaram e 6,7% que demonstraram indiferença. Este resultado demonstra certa fragilidade na comunicação da empresa em apresentar não somente aos seus colaboradores, como também a comunidade local os objetivos que tangem o seu negócio, podendo proporcionar mudanças significativas de ações educativas para a formação da consciência ambiental.

Na A16 ao serem indagados sobre o entendimento da empresa manter um relacionamento com seus clientes e fornecedores pautado na educação ambiental, nota-se uma peculiaridade, o número dos que discordaram, representado por 43,4%, seguido de 33,3% que demonstraram indiferença quanto ao assunto, e apenas 23,3% posicionaram-se em concordância com a afirmativa. Dessa forma, é perceptível a disparidade que se apresenta entre as afirmativas dos respondentes, visto que 76,7% foi representado por discordância e indiferença, e um percentual reduzido de concordância. Tais dados confirmam que os colaboradores tem pouco conhecimento sobre os caminhos percorrido pela empresa rumo a um negócio sustentável.

Para Bastos e Nunes (2016, p.199), “faz-se necessário refletir acerca da relação “simbólica” existente entre a educação ambiental e os saberes locais das comunidades e/ou grupos alvos de programas/projetos”. No entendimento desses autores, existe uma relação de troca muito positiva que pode enriquecer as discussões a respeito do meio ambiente e ainda promover ações práticas com a participação de todos os agentes locais em prol da mitigação dos problemas ambientais.

Os referidos autores endossam tal reflexão ao apontar que na literatura pertinente a EA são destacadas a importância de motivar e capacitar as pessoas para a prática de ações referentes à educação ambiental. Não basta apenas cobrar uma postura ética dos indivíduos, mas sim, oferecer-lhes condições de realização, e isto poderá resultar em um importante instrumento de gestão ambiental, através da formação de atores sociais conscientes de sua responsabilidade e que assumem uma postura proativa em relação a tal problemática. (BASTOS; NUNES, 2016).

Gráfico 10 – Educação e Conscientização Ambiental

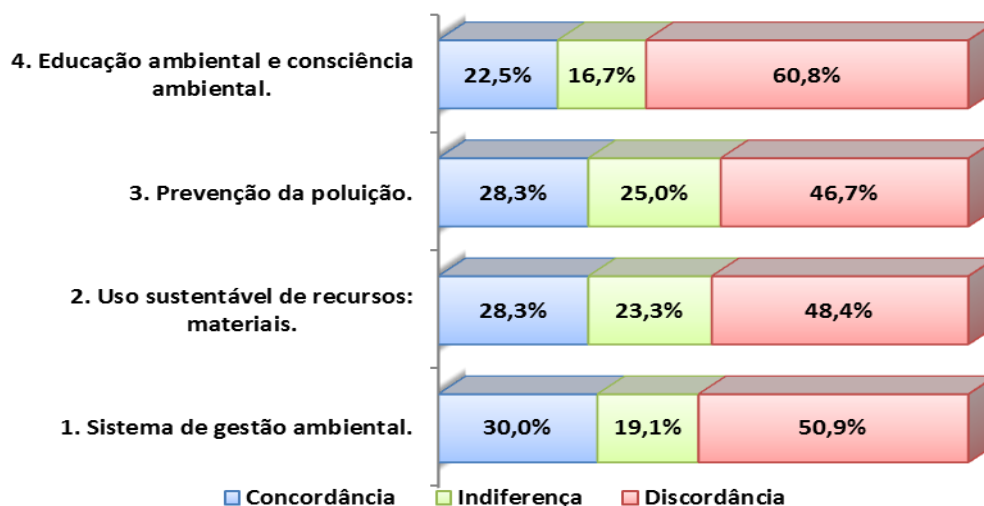


Fonte: Pesquisa direta, 25-30/out./2019.

4.4 Resultados Isolados e Agrupados da Pesquisa

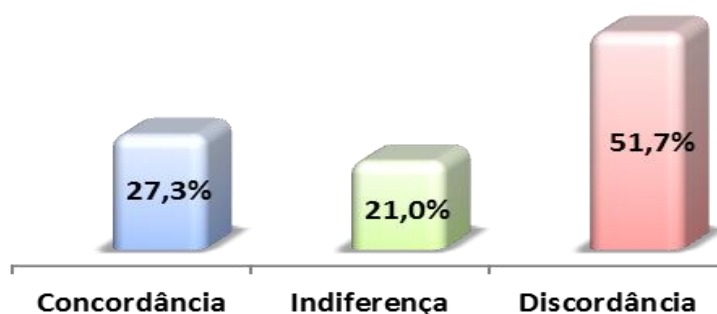
Quanto aos resultados isolados da pesquisa dentro das quatro dimensões aqui apresentadas, pode-se inferir um nivelamento no percentual de discordância entre as dimensões, a saber: **sistemas de gestão ambiental: 50,9%**; **uso sustentável de recursos materiais: 48,4%**; **prevenção da poluição: 46,7%** e **educação ambiental e consciência ambiental: 60,8%**, sendo este o percentual de maior destaque, enfatizando que é pela atenção e investimentos dados a educação, visando à capacitação dos indivíduos, que as mudanças referentes às questões ambientais serão percebidas e exercidas pela indústria, no caso específico, as micro e pequenas empresas do APL Calçadista – Fabricação.

Gráfico 11 – Resultado Isolado da Pesquisa



Já no que diz respeito aos resultados agrupados da pesquisa, apresentaram-se os seguintes: 51,7% de discordância, seguido de 27,3% de concordância e 21% de indiferença. Demonstrando assim, que na percepção dos colaboradores das empresas que compõe o APL Fabricação as questões ambientais não são tidas como prioridades para execução de suas atividades. Ou seja, inexistem ações práticas de gerenciamento ambiental que possam resultar em um desenvolvimento local sustentável.

Gráfico 12 – Resultados Agrupados da Pesquisa



Fonte: Pesquisa direta, 25-30/out./2019.

Desta forma, é preciso que haja uma intensa mobilização de todos os envolvidos na busca de soluções para o problema encontrado, visto ser este um momento oportuno onde às questões ambientais estão sendo atenciosamente discutidas nos mais diversos níveis institucionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo vista o objetivo de diagnosticar na percepção dos colaboradores das micro e pequenas empresas do Arranjo Produtivo Local – Fabricão, situado na cidade de Campina Grande-PB, se estas tem buscado desenvolver ações práticas de gestão ambiental no empenho de suas atividades de forma a contribuir para o desenvolvimento local sustentável, este estudo traçou um breve panorama sobre as principais questões que envolvem a temática, dentre estas a educação ambiental e sua correlação com as práticas e ações que propõem a gestão ambiental.

Mediante as análises dos questionários, conclui-se que dentre as dimensões avaliadas, o resultado que melhor expressa à agravante tratativa relacionada às questões ambientais na prática cotidiana das empresas do Fabricão, foi à dimensão relacionada Educação e Conscientização Ambiental, considerando que a maioria dos respondentes apresentou discordância quando questionados sobre a percepção da existência de campanhas internas e programas de educação envolvendo a todos e cujos reflexos possam influenciar a comunidade local.

Os dados indicaram ainda, que, embora haja uma maioria absoluta de discordância nos resultados agrupados da pesquisa, dentro das quatro dimensões avaliadas, a incipiente percepção dos que se posicionaram em concordância, bem como, dos que se demonstraram indiferentes, comprovando assim, a existência de atitudes esporádicas de práticas sustentáveis, como a redução do uso de materiais, mas que estas não passam de ações meramente de curto prazo, objetivando a redução de despesas imediatas, sem maior aprofundamento acerca da relevância das questões ambientais ou ainda que apontem à minimização dos impactos negativos ocasionados no contexto de suas atividades produtivas.

Com isso, é possível propor que os gestores revejam suas posturas diante dos seus colaboradores, bem como da comunidade local, demonstrando através de determinações elementares o cumprimento das políticas e práticas ambientais no regimento do seu negócio, indicando assim, ser este um negócio sustentável e responsável sobre as perspectivas ambientais. Propõem-se ainda o estabelecimento de programas e parcerias de envolvimento de todos, como: programas de capacitação, campanhas de incentivo, parcerias com cooperativas, palestras, implementação de ideias inovativas etc., objetivando a realização de mudanças de práticas cotidianas.

Por fim, espera-se que este trabalho fomente inquietações no setor calçadista, partindo do caso estudado (Projeto Fabricão) concernente às questões ambientais e que estas possam projetar-se sobre outros tipos de arranjos produtivos locais da cidade de Campina Grande-PB.

REFERÊNCIAS

ABNT. Normas Técnicas. ISO 14000. Disponível em: <<https://www.normastecnicas.com/iso/serie-iso-14000/>>. Acesso em: 27 out. 2019.

AGENDA 21 GLOBAL. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>>. Acesso em: 22 out. 2019.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial** - conceitos modelos e instrumentos. 4. ed. Saraiva, 2016, p.312.

BARBIERI, José Carlos; SILVA, Dirceu da. Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. RAM. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 12, n. 3, p. 51-82.

BARROS, Geórgia Fernandes. A importância da localidade para o acesso das micro e pequenas empresas às atividades de inovação: um enfoque em arranjos produtivos locais. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 8, n. 2, 2012.

BASTOS JÚNIOR, Luis Claudio dos Santos; NUNES, Roseli Pereira. A Educação Ambiental como instrumento para a adoção da Gestão Ambiental: o perfil de pequenas empresas do setor comercial de Aracaju. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, v.7, n.2, p.197-207, 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm>. Acesso em: 24 out. 2019.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Editora Garamond, 2002.

CALDAS, Eduardo de Lima, et al. Visões do Desenvolvimento Local: uma análise comparada de experiências brasileiras. **Interações** (Campo Grande), v. 10, n. 2, 2016.

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena Maria Martins. Arranjos e sistemas produtivos locais na indústria brasileira. **Revista de economia contemporânea**, v. 5, n. 3, 2001.

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena Maria Martins. **O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas**. Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p.21-34, 2003.

CASTRO, José Antônio Ramos; ALMEIDA, Carla Dolores Castro de. **Legislação ambiental e sua necessária inserção na práxis empresarial**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA. Porto Alegre, RS, Brasil, 2005.

COMUM, Nosso Futuro. Comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio + 20. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/rio20>. Acesso em: 22 out. 2019.

Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), Cúpula da Terra. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/milestones/unced.>>. Acesso em: 22 out. 2019.

Conferências de meio ambiente e desenvolvimento sustentável: um miniguia da ONU. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conferencias-de-meio-ambiente-e-desenvolvimento-sustentavel-miniguia-da-onu/>. Acesso em: 22 out. 2019.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto / John W. Creswell; tradução Luciana de Oliveira da Rocha. - 2. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2007.

Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (WSSD), Cúpula de Joanesburgo. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/milestones/wssd.>> Acesso: 22 out. 2019.

DIAS, Reginaldo. **Gestão ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2006.

Disponível em: <https://www.inbs.com.br/politica-nacional-de-residuos-solidos-pnrs/>. Acesso em: 17 out. 2019.

Educação para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/education/education-for-sustainable-development/>>. Acesso em: 24 out. 2019.

ETHOS, Instituto. **Indicadores Ethos para negócios sustentáveis e responsáveis**. 2019.

FEITOSA, Isabelle Ramos; LIMA, Luciana Santana; FAGUNDES, Roberta Lins. **Manual de Licenciamento ambiental**. 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. 5. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011. 80 p.

INBS, Instituto Brasileiro de Sustentabilidade. **16 Definições da Política Nacional dos Resíduos Sólidos**. Disponível em: <<https://www.inbs.com.br/16-definicoes-da-politica-nacional-dos-residuos-solidos/>>. Acesso em: 17 out. 2019.

LEPRE, Thais Rubia Ferreira; DA SILVA BARCELLA, Aline; DA SILVA SANTOS, Stefani. A gestão ambiental nas micro e pequenas empresas e suas possibilidades financeiras. **South American Development Society Journal**, v. 2, n. 5, p. 129-147, 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MENDES, Nathalia. JUS BRASIL. **Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) - Lei nº 6938/81**. Conceito, objeto e instrumentos. Disponível em: <https://nathymendes.jusbrasil.com.br/noticias/321528492/politica-nacional-do-meio-ambiente-pnma-lei-n-6938-81>. Acesso em: 27 out. 2019.

Ministério das Relações Exteriores. Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/135-agenda-de-desenvolvimento-pos-2015>>. Acesso em: 22 out. 2019.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.41-48, maio/ago. 2002.

OLIVEIRA, Helena Patto Sanábio. **Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)**.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. 2015.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável Dos ODM aos ODS. Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/post-2015.html>>. Acesso em: 22 out. 2019.

Plataforma Agenda 2030. Acelerando as transformações para a Agenda 2030 no Brasil. Disponível em: <<http://www.agenda2030.com.br/>>. Acesso: 22 out. 2019.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição**. Editora Feevale, 2013.

ROSA, Ana Carolina Iocca Santos da. **Obstáculos e benefícios para a implantação de um Sistema de Gestão Ambiental**. 2016.

SEBRAE, Nacional. Arranjo produtivo local - Série Empreendimentos Coletivos. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/arranjo-produtivo-local-serie-empreendimentos-coletivos,5980ce6326c0a410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 27 out. 2019.

SILVA, Danielly Ferreira; DA COSTA LIMA, Gustavo Ferreira. Empresas e meio ambiente: contribuições da legislação ambiental. INTERthesis: **Revista Internacional Interdisciplinar**, v. 10, n. 2, p. 334-359.

SOERGER, Emilhani Mengatto; OLIVEIRA, Edson Aparecida de Araújo Querido; CARNIELLO, Monica Franchi. Arranjos produtivos locais e suas influências no desenvolvimento da economia regional. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 10, n. 3, p. 268-294, 2014.

SOUZA, Renato Santos. Evolução e condicionantes da gestão ambiental nas empresas. **Revista eletrônica de administração**, v. 8, n. 6, 2002.

TAVARES, Hermes Magalhães. Estratégias de desenvolvimento regional. Da grande indústria ao Arranjo Produtivo Local? **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v, 7, n. 1, p. 50-68, 2011.

THEODORO, Suzi Huff; CORDEIRO, Pamora M Figueiredo; BEKE, Zeke. **Gestão ambiental**: uma prática para mediar conflitos socioambientais. In: ENCONTRO DA ANPPAS, 2. 2004, Indaiatuba. Anais. São Paulo: USP, 2004. p. 1-17.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre, 2001.